

GT18

COMPORTAMENTO POLÍTICO

Salvador Antonio Mireles Sandoval (Coordenador)
(PUC-SP – salvadorsandoval@attglobal.net)

Ana Raquel Rosas Torres (UCG – art@zaz.com.br)
Cornelis Johannes van Stralen (UFMG – stralen@medicina.ufmg.br)
Graciela Aurora Mota Botello (UNAM – gamb@servidor.unam.mx)
Joseli Bastos da Costa (UFPB – joseli_costa@uol.com.br)
Leôncio Camino Rodríguez Larrain (UFPB – leocamino@uol.com.br)
Marco Aurélio Máximo Prado (Unimarco – aurelioprado@uol.com.br)

Convidados nacionais
Karin Ellen von Smigay (UFMG – ksmigay@uol.com.br)

Convidados do exterior
Raul Rocha Romero (UNAM)

Doutorandos
Alessandro Soares da Silva (PUC-SP)
Betânia Diniz Gonçalves (PUC-SP)
Cícero Pereira (UCG)
Giseli Paim Costa (PUC-SP)
J'aims Franklin Ribeiro Soares (PUC-SP)
Rosa Amália Espejo Trigo (PUC-SP)
Soraia Ansara (PUC-SP)

INTRODUÇÃO

Pode-se definir Psicologia Política como um campo que estuda o comportamento político da perspectiva da Psicologia Social, mas esse tipo de definição, em virtude de sua amplitude, termina explicando pouca coisa. De fato, é conveniente distinguir entre Psicologia Política e Psicologia da Política: a primeira indica que a Psicologia não se encontra à margem da Política, mas afirma-se que a própria Psicologia contém, implícita ou explicitamente, pressupostos ideológicos; ao contrário, com Psicologia da Política, consideram-se independentes e/ou diferentes ambos os termos, significando uma disciplina que consiste em aplicar o conhecimento psicológico ao estudo dos fenômenos políticos.

Mas essa distinção radicalizada pode levar a extremos: por um lado, como aconteceu na América Latina, nas décadas de 1970 e 1980, as opções políticas dos psicólogos podem ser colocadas com extrema relevância, em detrimento dos aspectos objetivos do conhecimento científico; por outro lado, como vem acontecendo na PP norte-americana, os conhecimentos da Psicologia, que se consideram objetivos e livres de valores, são aplicados, acriticamente, aos fenômenos políticos. No primeiro caso, corre-se o risco de *politizar a Psicologia*, ou seja, transformá-la em puro instrumento da luta política, enquanto que, no segundo caso, *psicologiza-se a Política*, substituindo-se as dimensões políticas por conceitos e variáveis psicológicas consideradas universais e totalmente descontextualizadas das circunstâncias históricas e políticas.

De fato, desde sua origem, o Grupo de Trabalho *Comportamento político* tem procurado sintetizar aspectos dessas perspectivas, considerando a PP como o estudo dos aspectos subjetivos dos fenômenos políticos e tendo em conta que seus conceitos fazem parte, também, de alguma maneira, da arena política.

HISTÓRICO E AVALIAÇÃO DO GRUPO

Este GT iniciou seus trabalhos no II Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, em 1989, com o nome *Psicologia dos Movimentos Sociais*. Pelo fato do cenário político estar marcado pelo surgimento de vários movimentos populares, eles constituíram o tema central do interesse dos estudiosos da PP. Desde essa data, o Grupo desenvolve, regularmente, atividades de pesquisa e difusão, e, além dos encontros periódicos nos Simpósios de Pesquisa da ANPEPP, onde têm tido forte atuação, os membros resolveram organizar encontros científicos mais freqüentes.

Os esforços dos membros por ampliar o campo de intercâmbio entre pesquisadores que estudam temas em PP levaram o Grupo a organizar, em todos os encontros anuais da Abrapso, sessões sobre pesquisa no campo, mas mais importante como indicador da consolidação do campo de pesquisa que o GT iniciou no Brasil foi a emergência de núcleos de pesquisa dedicados à PP em diversas universidades, com cujo respaldo os membros tiveram possibilidade de organizar cinco encontros nacionais dedicados, exclusivamente, à pesquisa em PP. Esses encontros, apoiados por agências de fomento, permitiram a identificação do grande interesse pelo campo: os três primeiros foram realizados na UFSC; o quarto, na UFMG; e o último, em 2000, na PUC-SP, de que resultaram várias pesquisas publicadas pelo GT¹ e, individualmente, por seus membros.

Na década de 1990, caracterizada pelos aspectos institucionais da transição democrática, os membros deste Grupo — cada um em sua própria perspectiva — se dedicaram a analisar a maneira como os cidadãos participam do processo de transição democrática e se apropriam das diversas noções políticas que circulam na sociedade. Nessa direção, o GT *Comportamento político*, no VI Simpósio, instituiu um debate sobre o processo de socialização política cujos resultados foram publicados no n.º 13 do 1.º volume das *Coletâneas da ANPEPP* (set. 1996). Nesse debate, constatou-se que, no Brasil, apesar dos grupos que se dedicam ao estudo da PP terem realizado algumas iniciativas em comum,² não tinham desenvolvido, ainda, um referencial teórico geral que permitisse um verdadeiro intercâmbio científico.

Retomou-se, no VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, em 1998, os temas de PP que estavam sendo objeto de estudo no Brasil, a fim de iniciar, num certo sentido, a elaboração do estado da arte da área no País e esclarecer as perspectivas teóricas e metodológicas utilizadas pelos diversos pesquisadores. Os temas debatidos foram: *Fundamentos psicossociológicos da Política*, *Representações sociais da Política* e *Valores e Política*.

Após toda essa experiência, aparece, claramente, que o GT não deveria limitar-se a espaço de comunicações coordenadas em PP — atividade própria de congressos científicos —, mas converter-se, realmente, num fórum que tanto facilitasse o intercâmbio científico quanto ajudasse a expansão do ensino e pesquisa na área. Por isso, com a participação de membros do Grupo e outros pesquisadores em PP, foi fundada, em novembro de 2000, a Sociedade Brasileira de Psicologia Política, para a qual se escolheu como Presidente interino o D.º Leônicio Camino e que, no ano seguinte, como resultado das atividades do GT na ANPEPP daquele ano, organizou o primeiro número da *Revista Psicologia Política*. Pretendeu-se, no VIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, realizar um debate final de um projeto que vem sendo levado adiante por vários membros: a elaboração de um manual de PP, que só se consolidou com a organização de um periódico, lançado em maio de 2001, durante a participação de membros do GT no II Encontro Norte-Nordeste de Psicologia: a *Revista Psicologia Política*, com

¹ (1) CAMINO, L.; LHULLIER, Louise Amaral; SANDOVAL, S. (1997). *Estudos do comportamento político: teoria e pesquisa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas. pg. 199. (2) *Revista Psicologia Política*, ano 1, v. 1, n. 1 (jan.-jun.2000). p. 200.

² Realizou-se uma pesquisa: *Valores e política em estudantes universitários*, em SC, PB e SP, e publicou-se um livro sobre comportamento político, além da *Revista Psicologia Política*.

artigos próprios e de pesquisadores das diferentes Regiões do País e de centros de pesquisas no exterior, e com dois números lançados e um terceiro em fase de preparação, a ser lançado em maio de 2002. Hoje, a *Revista* está indexada nacionalmente e tem como editores os D.^{rs} Salvador Sandoval e Marco Aurélio Prado. Além disso, os membros do GT também estiveram, em 2000 e 2001, em diferentes encontros científicos, apresentando trabalhos que se consubstanciam dentro do campo da PP.

Outras atividades acadêmicas igualmente importante, nesse período, foram a organização do Simpósio de Psicologia Política (São Paulo, 2000) e o evento acadêmico que buscou concentrar a participação de estudiosos e militantes sobre a questão de gênero, homofobia e participação política, através do encontro *Entre homens... tempos, práticas e vozes*. Nesses anos, também, os membros representaram as discussões do GT em diferentes congressos e encontros científicos nacionais e internacionais.

Outra atividade que vem ocupando os membros do Grupo é a condução da SBPP, que, além de editar a *Revista Psicologia Política*, se propõe aglutinar pesquisadores desse campo e fortalecer os estudos e intercâmbios com pesquisadores de diferentes países. Em 2001, um representante do GT e Presidente interino da Sociedade esteve na reunião da International Society of Political Psychology, representando a entidade e estabelecendo contatos com pesquisadores da América Latina, com a intenção de organizar uma entidade latino-americana. Outra importante participação que se inicia neste ano é a representação da SBPP no Fórum de Entidades da Psicologia.

A partir desse momento, o campo de pesquisa em PP ganhou novo destaque, abrindo, para um público mais amplo, o acesso às pesquisas realizadas no campo. Apesar de sua importância e progressiva consolidação, a PP se limita a um campo de pesquisa em alguns poucos programas de pós-graduação. Pretende-se, portanto, no IX Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, promover um debate sobre o projeto que vem sendo levado adiante por vários membros do GT desde o último Simpósio: a elaboração de um manual da PP no Brasil, que contribua para a divulgação desse campo no ensino e na pesquisa da Psicologia.

OBJETIVOS

Os pesquisadores do GT e seus convidados apresentarão trabalhos sobre os temas indicados a seguir, que, além de descreverem suas próprias pesquisas e referenciar outros trabalhos importantes realizados no Brasil e/ou no exterior, deverão, também, apresentar ao leitor um referencial teórico utilizado para pesquisar os temas. A coordenação deste GT propõe que, além da apresentação dos trabalhos temáticos dos membros, cada pesquisador faça uma revisão dos principais estudos relativos a sua temática, com o intuito de mapearmos o desenvolvimento da Psicologia Política no Brasil.

A fim de facilitar a realização desse objetivo, estamos preparando um roteiro de questões para cada um dos temas, e o roteiro final, a ser elaborado com a participação de todos os membros, guiará os debates sobre os trabalhos apresentados, de modo a possibilitar o estabelecimento de conclusões para cada tema proposto.

Os temas a serem tratados pelos participantes serão: (1) *Análise psicossocial dos processos de exclusão social*, (2) *Valores sociais e significados da democracia*, (3) *Direitos humanos e violência*, (4) *Identidade e representação social*, (5) *Ações coletivas e movimentos sociais*, (6) *Psicologia Política: origens, fundações e desenvolvimentos no Brasil*, (7) *Psicologia e políticas públicas*, (8) *Identidade coletiva e política* e (9) *Preconceito e discriminação social*.

RESUMOS GT 18

ATRIBUIÇÕES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO PSICOSSOCIAL (R 18/1)

Ana Raquel Rosas Torres (Universidade Católica de Goiás)

Este trabalho apresenta duas séries de pesquisas que associam dois campos tradicionais da Psicologia Social: os processos atribucionais e as representações sociais como base para análise das crenças sociais. Essa associação é feita a partir de uma perspectiva psicossocial, que se refere a uma abordagem teórico-metodológica que pressupõe que os processos cognitivos de atribuição devem ser analisados levando-se em consideração não só o processamento de informação como, também, a posição ocupada pelo sujeito no tecido social de uma dada sociedade. As teorias das atribuições tiveram forte influência na PS, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1970. No entanto, desde a década de 1980, elas vêm sofrendo críticas, por causa de suas características individualistas, e, entre os críticos, Hewstone defendeu, em 1989, que o estudo das RS poderia esclarecer os processos atribucionais, uma vez que os analisa numa perspectiva macrossocial ou societal. Isso só é possível porque Moscovici parte da premissa de que os sujeitos estão inseridos num dado contexto social, construindo um saber sobre a realidade específica que os envolve, sem ruptura entre o universo exterior e o universo interior, abarcando, de forma integradora, as dimensões sociais: linguagem, relações interpessoais, valores, normas, motivações, crenças e atitudes, indispensáveis à explicação teórica dos comportamentos sociais. No entanto, as propostas iniciais de Moscovici têm sofrido revisões, entre as quais podemos citar os trabalhos de Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi, que defendem que o estudo das RS deveria ser feito em três níveis complementares: o da objetivação, o de seus princípios organizadores e o de suas ancoragens na estrutura social, dos quais o último poderia ser realizado por meio da identificação social dos participantes e/ou da adesão a valores sociais. Tendo em vista essas preocupações teórico-metodológicas, realizamos duas séries de pesquisas: a primeira investigou as relações entre as atribuições feitas por 300 estudantes universitários para o desemprego e suas relações com a adesão aos valores sociais, constatando-se que elas são organizadas pelos princípios pessoal-acadêmico e político-econômico, que, por sua vez, se ancoram nos sistemas de valores dos estudantes: o princípio pessoal-acadêmico se relaciona à adesão aos valores materialistas e o político-econômico, à adesão aos valores pós-materialistas e religiosos; a segunda pesquisa investigou as atribuições feitas por 300 estudantes universitários para os atentados de 11 de setembro, cujos resultados mostraram haver quatro princípios organizadores: religioso, imperialismo norte-americano, político-ideológico e domínio bélico norte-americano, ancorados no posicionamento político-ideológico dos participantes. Tomados em conjunto, esses resultados apontam para a importância da associação dos conceitos de *atribuição* e de *representação social* para o estudo das crenças sociais.

O PRECONCEITO NA PERSPECTIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: INFLUÊNCIA DE UM DISCURSO JUSTIFICADOR DA DISCRIMINAÇÃO NAS FORMAS DE EXPRESSÃO DO PRECONCEITO RACIAL (R 18/2)

Cícero Pereira (Universidade Católica de Goiás)

Este trabalho avalia o efeito de um discurso justificador da discriminação racial sobre as formas de expressão do preconceito racial em estudantes universitários de Goiânia. Utilizando-se o Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais, constatou-se que os elementos constitutivos do campo representacional das relações raciais no Brasil são a crença na existência de um preconceito generalizado na sociedade brasileira, associada ao fato de que, individualmente, as pessoas julgam que não são preconceituosas. Com base nesses elementos, construiu-se o discurso justificador da discriminação, a partir do qual desenvolveu-se um estudo (n = 120) que apresentou aos universitários um cenário em que a gerente de uma loja contrata uma moça branca, discriminando uma negra. Metade dos estudantes recebeu o discurso justificando a discriminação, e, com esse cenário, foi possível identificar as formas mascaradas e abertas do preconceito racial nos princípios organizadores da avaliação que os estudantes fizeram da decisão da gerente, juntamente com sua decisão em favor da contratação da moça branca ou da negra, caso estivessem no lugar da gerente. Os resultados mostram que a representação da decisão feita pela gerente é organizada por dois princípios: avaliação profissional e percepção de justiça. Os

estudantes que tiveram acesso ao discurso consideraram que a atuação da gerente foi mais profissional e menos injusta do que os estudantes que não acessaram o discurso; além disso, embora os estudantes que receberam a justificção para a discriminação tivessem julgado injusta a decisão da gerente, paradoxalmente ou de forma ambivalente, também, tenderiam a adotar a mesma decisão: contratariam a moça branca. As conclusões apresentam o preconceito moderno não como decorrente de processos psicológicos de internalização das normas anti-racistas, mas como resultado dos discursos ideológicos produzidos por grupos majoritários para justificar sua situação de dominação política.

CONSELHOS DE SAÚDE: UM OLHAR PSICOSSOCIOLÓGICO DO CONTROLE SOCIAL (R 18/3)

Cornelis Johannes van Stralen (Universidade Federal de Minas Gerais)

O processo constituinte na década de 1980 marcou um novo momento para os movimentos sociais: a reivindicação de direitos se desdobrou na reivindicação de participação na gestão da sociedade, e, nesse contexto, a luta pela Reforma Sanitária desembocou na criação do Sistema Único de Saúde, que tem como marca importante o controle social através de Conselhos de Saúde, "órgãos colegiados, de caráter permanente e deliberativo, com funções de formular estratégias, controlar e fiscalizar a execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros" (Lei n.º 8.142/90). Atualmente, o País conta com mais de 5 mil Conselhos de Saúde, e essa rápida expansão, que resulta, meramente, da mobilização de profissionais e usuários de serviços de saúde mas é, largamente, determinada por instrumentos legais do Ministério da Saúde, coloca uma série de questões. É possível separar o que é produto histórico e o que é mera implantação de normas burocráticas? Até que ponto os Conselhos poderão contribuir para a consolidação de formas mais democráticas de representação de interesses, num contexto onde clientelismo e paternalismo ainda são características marcantes das relações entre governo e sociedade? Mesmo que os Conselhos se tornem foros de participação, o que isso significa, em termos de controle social, quando o setor da saúde é largamente condicionado pelo setor econômico do governo? Entretanto, apesar dessas questões e das limitações apontadas por diversos autores, não se pode negar que, em alguns casos e em determinadas conjunturas, os Conselhos de Saúde têm participado de processos decisórios e têm contado com a participação efetiva de usuários de serviços de saúde. Essas e outras questões são abordadas por diversos autores em diferentes níveis de análise e a partir de diversos paradigmas teóricos. Na maioria das vezes, os Conselhos ou seus segmentos: usuários, profissionais e prestadores, são tratados como dado unitário empírico, atores num sistema de relações políticas e sociais, com o que se perde de vista que são formados por indivíduos agindo coletivamente. Entretanto, para compreender a dinâmica de funcionamento dos Conselhos de Saúde, é indispensável incluir o nível de análise psicossociológica, para a qual privilegamos a abordagem de movimentos sociais proposta por Klandermans e outros, considerando que os conselheiros formam um movimento social — ainda que sua ação não se reduza a esse nível — ao compartilhar objetivos comuns e uma identidade coletiva e ao se engajar em ações de ruptura. Conselheiros — principalmente, usuários e profissionais de saúde — agem, freqüentemente e principalmente, nas Conferências de Saúde, em nome de reivindicações comuns: em defesa dos princípios do SUS, de verbas para o Sistema, do controle social em todos os níveis do sistema etc., contra opositores: gestores de saúde, medicina privada, governos neoliberais etc., construindo sentimentos de solidariedade e uma identidade coletiva e sustentando uma ação coletiva que se traduz num movimento social que engendra ações de ruptura com o *status quo* do SUS. Privilegiando a abordagem psicossociológica de movimentos sociais, procuramos estudar a dinâmica de Conselhos de Saúde, tendo em vista três processos centrais: a construção de concepções compartilhadas e de uma identidade coletiva, a passagem de insatisfação para ação coletiva e a sustentação ou abandono da participação.

O ESTUDO DO COMPORTAMENTO ELEITORAL NUMA PERSPECTIVA PSICOSSOCIOLÓGICA (R 18/4)
Leóncio Camino Rodríguez Larrain (Universidade Federal da Paraíba)

A maioria dos estudos psicológicos sobre o processo eleitoral tem-se centrado no estudo dos fatores que levam o eleitor a votar, e essa abordagem se justifica tanto pelas concepções políticas que deram origem ao voto, quanto pela abordagem individualista empregada pela Psicologia. De fato, a propriedade mais marcante do voto na democracia representativa, é ser um ato individual; o liberalismo pretende promover, pelo voto, a liberdade do indivíduo frente ao Estado, mas sua desconfiança frente às massas o leva a criar condições para que a escolha eleitoral se faça em isolamento, pois decisões de assembléia não representariam os verdadeiros interesses dos participantes. A partir dessa visão liberal, o voto foi estudado como ato essencialmente individual, determinado tanto pelas características psicológicas dos indivíduos quanto por fatores sociais que agem sobre eles; a escola de Chicago, por exemplo, enfatizou a influência de fatores sociais: classe social, religião e residência, sobre o voto, sustentando que as pessoas pensam politicamente de acordo com o que são socialmente; em oposição, o grupo de Michigan relacionou o voto à subjetividade do eleitor, através da identificação partidária, que influenciaria sua interpretação do contexto político. Perspectivas posteriores, como a da *cultura política* e a da *abordagem racional*, embora procurassem integrar os dois tipos de fatores, continuaram a manter esta dicotomia: de um lado, o indivíduo e os fatores psicológicos que o afetam; de outro, a sociedade e os fatores sociais que a determinam. Cada modelo enfatiza um pólo da realidade social. A abordagem psicossociológica pressupõe que a escolha eleitoral constitui um processo coletivo e multideterminado, em que interagem diversos fatores psicológicos e sociológicos, e, nesse sentido, não dissocia os indivíduos das alternativas políticas, a serem confirmadas pelo voto ou não, mas coloca a ambos como pólos de um processo interativo complexo que pode ser abordado a partir de diversos níveis de análise. Como conclusão, apresenta-se um modelo do comportamento eleitoral elaborado a partir dessas idéias.

O TRIBUNAL DE HAIA FRENTE A UM DEBATE MÚLTIPLO: CRIMES CONTRA A HUMANIDADE, CRIMES DE GUERRA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO; INDICAÇÕES PARA UMA ANÁLISE À LUZ DA PSICOLOGIA POLÍTICA (R 18/5)

Karin Ellen von Smigay (Universidade Federal de Minas Gerais)

O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, instalado em Haia, Holanda, ganhou maior visibilidade com o julgamento do ex-presidente Slobodan Milosevic, acusado pela promotoria de praticar crime contra a humanidade. Ainda que, classicamente, o tema se insira no campo dos Direitos Internacionais, sua importância e significado se espalha por vários outros campos de investigação, merecendo olhares que se cruzam no esforço de interpretar o problema. Direta ou indiretamente, interessa a todos nós, pois que, aqui, abre-se um palco onde questões como multiculturalismo e diversidade, ética, justiça, limites das ações políticas e coletivas estão postas em foco, exigindo posicionamentos. O indiciamento por crime contra a humanidade, não por genocídio, já delimita tanto a interpretação do que se constitui como violação dos direitos sociais e coletivos quanto aponta para as penalidades que, porventura, possam ser imputadas ao indiciado. Esse debate teve início já no transcorrer da intervenção feita pela OTAN, em 1999, autorizando a entrada da Kfor em território kosovar durante mais uma das ações ditas de *depuração étnica*, estimuladas pelo governo de Milosevic. Nessa ocasião, iniciamos uma pesquisa sobre as práticas violentas que, pouco a pouco, chegavam a público através de fontes informais, produzidas por grupos de direitos humanos e feministas, e formais, como o relatório divulgado pela organização Médicos Sem Fronteiras, em maio de 1999. Desde então, acompanhamos a evolução dos debates que tentam qualificar as práticas violentas, seja na categoria de *genocídio*, seja como *crime de ódio* — uma nova categoria analítica bastante fértil para *reinterpretar* tais ações —, assim como o esforço para introduzir o conceito de *crime de gênero*, na medida em que as vítimas preferenciais de atos violentos foram mulheres e, em determinadas situações, homens, que, sodomizados, foram empurrados para uma posição *feminilizada*. Interpretamos como *estratégias de guerra* as práticas de estupro sistemático de mulheres kosovares — a nosso ver, intencionais e planejadas — e analisamos essas estratégias como *tecnologia de guerra*. No momento, procuramos, sob o foco do comportamento político, enquanto objeto da Psicologia Política, entender o jogo de forças que se instaura no esforço de incluir, entre os argumentos acionados pela acusação no Tribunal de Haia, a compreensão de violação dos direitos de minorias

sociais — notadamente, de minorias étnicas — e de gênero, na medida em que constitui uma nova arena de ações coletivas dos grupos organizados feministas. Com isso, atualizamos dados acerca da pesquisa referida e incluímos, na presente análise, uma leitura sobre a eficácia das ações produzidas pelos grupos feministas, como representantes de um movimento social que vem conseguindo, nas últimas décadas, introduzir novos paradigmas a partir dos quais pensar as relações sociais inter- e intragêneros.

A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS ENTRE PARTICIPANTES DE AÇÕES COLETIVAS: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS E POLÍTICOS DE UM MOVIMENTO SOCIAL (R 18/6)

Marco Aurélio Máximo Prado (Universidade de São Marcos)

O objetivo deste trabalho é discutir, a partir do campo da Psicologia Política, a participação de indivíduos e seus engajamentos em ações coletivas organizadas. Essa discussão é fruto de pesquisas que venho desenvolvendo sobre a constituição da identidade política entre participantes de movimentos sociais; dessa forma, pretende-se, a partir da análise dos dados de entrevistas semi-estruturadas com militantes e engajados em ações coletivas e propositadas pelos grupos de homossexuais e dos dados da observação participante, apontar os elementos psicológicos e políticos que sustentam três importantes aspectos da constituição desses atores coletivos: (1) a identidade coletiva e os vínculos de pertença; (2) a conscientização das relações de opressão; e (3) a delimitação das fronteiras políticas entre membros e não-membros desses grupos. As identidades políticas têm, no mínimo, duas importantes funções analíticas: podem ser compreendidas como formas de significação de uma dada realidade social — a qual previne a uniformidade e o fim do político — e estratégia da organização da ação coletiva — tal como a construção de alianças e laços de solidariedade e pertença entre as pessoas engajadas na mesma ação. Além disso, enquanto categoria de análise, podem ser úteis à compreensão das fronteiras políticas de diferenciação social que sustentam os conflitos sociais. Como produto, apresentamos um debate que enfoca a relação entre os aspectos psicossociais e políticos que se interpenetram na constituição de um dos mais importantes movimentos sociais da atualidade: o movimento gay, permitindo uma importante revisão crítica dos estudos sobre ações coletivas na atualidade, que ora se sustentam sobre a análise da perspectiva dos atores, ora sobre os elementos estruturais que incidem sobre essas ações. Concluímos com uma apreensão das ações coletivas organizadas pelos grupos gays enquanto ações próprias de um movimento social que se constitui a partir de redes sociais e da mobilização de diferentes recursos materiais e imateriais, além de explorarmos os processos psicossociais e políticos alavancados na constituição dessas identidades políticas, e, com isso, propomos uma revisão da categorização desenvolvida no campo de estudos das ações coletivas entre os chamados *movimentos de reivindicação material* e *movimentos de reivindicação imaterial* ou *identitários*, além de um mapeamento teórico-analítico dos aspectos psicopolíticos envolvidos na constituição de identidades políticas.

ANTIPOLÍTICA Y AUSENCIA DE DEMOCRACIA: LA SUBJETIVIDAD POLÍTICA DE LOS MEXICANOS (R 18/7)

Raul Rocha Romero (Universidade Nacional Autônoma do México)

A partir de resultados obtenidos en investigaciones que se han realizado en los años 1997, 1999, 2000 y 2001 para identificar las cogniciones que tienen los ciudadanos de este país acerca de la política, la democracia y las instituciones, se presentan una serie de reflexiones sobre la subjetividad política de los mexicanos. Se señala que el comportamiento político de un individuo está determinado, entre otros factores de orden histórico, estructural y social, por su subjetividad, es decir, por sus cogniciones y emociones. En general, se ha encontrado que los sujetos piensan y definen la política, la democracia y las instituciones mediante elaboraciones que se distinguen más por su simplicidad que por la crítica y la imaginación. Su subjetividad política está permeada por informaciones de sentido común; responde más a una dimensión descriptiva, pues refiere los hechos empíricos de la vida política del país mediante una valoración altamente negativa, y se centra más en los valores, los propósitos, las aspiraciones, que en el plano del entramado institucional y las técnicas de gobierno; igualmente, se distingue por su incapacidad para formular pensamientos más o menos elaborados, que vayan más allá de las generalizaciones, las abstracciones y los lugares comunes, y que perfilen, en un sentido prescriptivo, formas ideales sobre la

política, la democracia y el funcionamiento de las instituciones para hacerlas realidad. En la perspectiva de los cambios políticos ocurridos en México en las últimas tres décadas, el estudio de la subjetividad política y la promoción del comportamiento democrático en los mexicanos son cruciales para hacer efectiva una verdadera transición a la democracia.

A PSICOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS AÇÕES COLETIVAS (R 18/8)

Salvador Antonio Mireles Sandoval (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Os movimentos sociais passaram a tema de estudo da Psicologia Social no fim do século XIX, quando Gustav Le Bon lançou seu livro sobre Psicologia das Massas, e, desde então, o interesse pelo tema tem variado significativamente nos últimos 120 anos. Nas últimas três décadas, novamente, surgiu um interesse em compreender os fatores psicológicos que fundamentam o engajamento das pessoas em movimentos sociais e, ainda mais importante, em ações coletivas muitas vezes ilegais, perigosas ou violentas. No Brasil, o interesse pelo tema, de uma perspectiva psicossocial, começou na década de 1980, quando o estudo sistemático dos movimentos sociais se tornou tema de análise de uns poucos pesquisadores, em São Paulo e na Paraíba, e, desde então, as investigações científicas dos movimentos sociais têm aumentado significativamente e, em especial, incorporado contribuições teóricas e analíticas da PS. O objetivo deste trabalho é mapear a trajetória da teorização e da pesquisa psicossocial dos movimentos sociais no Brasil, com a finalidade de: (1) identificar as raízes teóricas dos estudos realizados desde 1980, examinando os conceitos teóricos e categorias analíticas utilizados pelos autores no estudo das ações coletivas, de uma perspectiva psicossocial; (2) identificar as inovações ou contribuições que a pesquisa nacional possa dar ao conhecimento do tema; (3) mapear as interseções teóricas entre os pesquisadores nacionais e internacionais; (4) apontar as inovações metodológicas desenvolvidas no Brasil para estudar os movimentos sociais; (5) examinar as contribuições dessas pesquisas para uma melhor compreensão do fenômeno da psicologia das ações coletivas. O trabalho tem como objetivo principal ser um texto que possa ser incorporado à coletânea do manual da Psicologia Política no Brasil, que está sendo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho *Comportamento político*.

MODELO PSICOSOCIAL DE FORMACIÓN Y FORTALECIMIENTO CIUDADANO (R 18/9)

Graciela Aurora Mota Botello (Universidad Nacional Autónoma de México)

El desarrollo de habilidades y destrezas ciudadanas en nuestro país, se ha restringido tradicionalmente al ámbito de los programas de educación cívica y comportamiento electoral, cuya orientación fundamental se ha dirigido a la formación de *buenos ciudadanos*, como sinónimo de ser respetuosos de la legalidad y de las normas de convivencia. Bajo este contexto, la concepción de ciudadanía se ha restringido a la dimensión jurídico-legal (e. g., pago de impuestos, ejercicio del voto), donde las acciones del actuar ciudadano se han ubicado fundamentalmente dentro de los escenarios públicos o semipúblicos, sin considerar el ámbito de la vida semiprivada, privada e íntima, como esferas donde puedan desplegarse también comportamientos involucrados con el asumirse como un ciudadano. Por esta razón, esta concepción de ciudadanía no ha logrado profundizar en el despliegue de las acciones cotidianas o de prácticas cívicas ancladas en los estilos de vida que caracterizan el conjunto de las formas de convivencia democrática en las diferentes esferas sociales donde a su vez convergen las esferas íntimas, privadas y semi-públicas como complemento sustantivo de la acción pública y civil. En el presente trabajo se presenta un modelo de formación ciudadana que tiene como objetivo desarrollar habilidades y destrezas ciudadanas para incidir en la participación y legitimación de la vida democrática, así como sus repercusiones en el proceso de gobernabilidad del país, a partir de contribuir a la disminución del analfabetismo político en México, con base en un proyecto psicopedagógico multidimensional de formación ciudadana. El modelo propuesto se apoya en la riqueza que emerge cuando se despliega el papel del *ciudadano elector* (dimensión estrictamente jurídica) en escenarios y plataformas de confluencia de las esferas *civiles*, *públicas* y *privadas* de la sociedad, cuyos indicadores permiten abordar, sistemáticamente, las modalidades de interacción predominantes en todos los espacios y prácticas de la vida cotidiana, producto de dos principales tendencias de representación social: la actuación en prácticas colectivas apoyadas en el desarrollo de habilidades de *evaluación* y *autorregulación*

ciudadana, como resultado de la acción crítica, comunicativa y negociadora en torno a la construcción del sentido civil de la participación política; y la *reproducción* clientelar de información persuasiva dirigida a reproducir modelos operativos de inducción y acción colectiva. Los elementos contemplados dentro del modelo, se agrupan en cinco dimensiones: (1) cinco esferas de la vida cotidiana: íntima, privada, semipública, público-urbana, y civil-parlamentaria, donde se sitúan las acciones de formación ciudadana; (2) 10 campos y escenarios intersectoriales que conforman y enriquecen el universo simbólico de las prácticas colectivas de tipo democrático: (a) desarrollo sustentable, (b) salud, (c) educación, (d) derechos, (e) catástrofes, (f) normatividad jurídica y procuración de justicia, (g) cultura, historia e identidad, (h) recreación y manejo de tiempo libre, (i) vida urbana y (j) trabajo y productividad; (3) un conjunto de prácticas colectivas que integran el sentido de la construcción social de: valores, actitudes, conocimientos, afectos, dimensiones icónicas, representaciones sociales etc. (4) un conjunto de valores y comportamientos democráticos: libertad, igualdad, tolerancia, co-responsabilidad, co-participación, honestidad, justicia, pluralidad, respeto a las diferencias de los otros, estilos de solución de conflictos, capacidad de negociación etc. (5) un universo de acción delimitado por tipo de minorías y sectores: niños, jóvenes, familias de la calle, personas de la tercera edad, minusválidos, grupos étnicos, minorías etc.